

Pippa Norris (ed.), **Elections and Voting Behaviour: New Challenges, New Perspectives**, Dartmouth, Ashgate, 1998, 542 páginas.

Os processos eleitorais são peças centrais dos sistemas democráticos. Não admira, por isso, que o estudo dos vários elementos a eles ligados tenha recebido tanta atenção e pesquisa nas democracias industriais avançadas.

No universo anglo-saxónico, três colectâneas de textos sobre os processos eleitorais merecem especial destaque: Niemi e Weisberg, 1993a e 1993b, e Norris, 1998. As duas primeiras referem-se, sobretudo, a estudos realizados nos Estados Unidos da América, nação pioneira e persistente vanguarda nesta área disciplinar. Ao contrário, o volume editado por Pippa Norris é uma colectânea de artigos recentes caracterizados pela sua forte dimensão comparativa e pelas constantes, embora não exclusivas, referências à realidade da Europa ocidental.

No âmbito dos estudos sobre o comportamento eleitoral, quatro grandes paradigmas têm dominado as produções teórico-empíricas. O «modelo sociológico» enfatiza, sobretudo, as determinações sociais do comportamento político. O «modelo sócio-psicológico» procura superar algumas das limitações apontadas ao primeiro modelo através da combinação das determinações sociais com as determinações atitudinais, nomeadamente a «identificação partidária» e as atitudes dos eleitores face aos candidatos e aos temas políticos (*issues*) mais salientes em cada campanha eleitoral. Com o crescimento da instabilidade

nos comportamentos políticos dos cidadãos das democracias ocidentais — dimensão subalternizada pelos dois modelos anteriores —, uma terceira perspectiva ganhou ascendente: o «modelo económico». Nesta abordagem, os indivíduos são apresentados como relativamente libertos das determinações sociais e atitudinais, fazendo as suas opções políticas a partir de uma estimativa dos seus ganhos e perdas, tendo em conta nomeadamente as condições de concorrência no mercado político. Uma quarta perspectiva importante é a do «modelo institucionalista», o qual define as instituições políticas como uma dimensão relevante para explicar os comportamentos políticos.

O primeiro capítulo do livro editado por Pippa Norris, «Identities partidárias dos eleitores», enquadra-se claramente na tradição do «modelo sócio-psicológico». Hermann Schmitt analisa a evolução das «identidades partidárias» dos eleitores dos doze países da CEE entre 1975 e 1988. Conclui que as tendências evolutivas nas identidades partidárias dos eleitores são muito diferentes nos vários países, não sendo por isso descartáveis tendências gerais para o desalinhamento e para o declínio da importância dos partidos. Muita da controvérsia à volta do conceito de «identificação partidária» diz respeito à sua aplicabilidade fora do contexto norte-americano onde foi criado. O trabalho de Bradley Richardson analisa a sua aplicabilidade no contexto europeu (Grã-Bretanha, Alemanha e Holanda), concluindo que o conceito tem utilidade heurística neste terreno, apesar de as suas componentes e

a sua relevância serem diversas consoante os países. O estudo de Matthew Wyman *et al.* analisa a importância dos partidos para os cidadãos dos países pós-comunistas da Europa de Leste. O autor conclui pela menor importância dada aos partidos nestes países, face ao que se verifica nas democracias ocidentais consolidadas, embora este fenómeno seja mais pronunciado em determinados países (Rússia, Ucrânia) do que noutros (República Checa, Hungria). Em qualquer caso, os partidos e a competição partidária são positivamente valorizados por uma maioria das populações de qualquer destes países.

No capítulo seguinte, «Clivagens sociais, nova política e mudança de valores», são revistas e actualizadas as principais teses do «modelo sociológico» do voto. O artigo de Franklin & Mackie analisa a evolução do impacto das estruturas sociais no sentido de voto dos eleitores da maior parte das democracias consolidadas entre os anos 60 e 80. Os autores concluem que há uma forte perda de importância das estruturas de clivagem na explicação do comportamento político, sobretudo nas gerações mais jovens, embora mais nalguns países do que noutros. O artigo de De Vaus e MacAllister analisa o comportamento político das mulheres em onze democracias ocidentais à luz das teses sobre as «novas clivagens». De Vaus e MacAllister consideram que se verifica um declínio do tradicional conservadorismo feminino sobretudo devido à crescente secularização das mulheres e à sua cada vez maior

inserção no mercado de trabalho. A partir do «estudo mundial de valores», a pesquisa de Inglehart e Abramson analisa a evolução dos valores pós-materialistas em inúmeros países entre os anos 70 e 90. Os autores concluem que as variações nas percentagens de indivíduos pós-materialistas em cada país são resultado das flutuações na conjuntura económica, mas que é sobretudo a substituição geracional que explica o crescimento do pós-materialismo no médio-longo prazo. Por último, o artigo de Rohrschneider analisa a interacção entre o sistema institucional, nomeadamente o sistema eleitoral, as respostas dos partidos tradicionais às questões da nova política e as possibilidades de novos partidos vingarem com base nestes temas. Rohrschneider conclui que, quando há substancial base sociológica e atitudinal para realinhamentos com base em novas clivagens, a formação de novos partidos nem sempre ocorre porque tal fenómeno depende das respostas das antigas formações partidárias aos novos temas políticos, bem como do limiar de representação imposto pelo sistema eleitoral.

Os três artigos sobre o «voto económico» são acomodáveis na tradição do «modelo económico», embora sejam também analisados os efeitos das instituições políticas sobre o voto. No influente artigo de Lewis-Beck são analisados os efeitos da conjuntura económica sobre o sentido de voto dos eleitores na Grã-Bretanha, França, Alemanha e Itália nos anos 80. Na Grã-Bretanha, o «voto económico» tem maior peso do que as clivagens

e o «posicionamento ideológico». Em França e na Alemanha o seu impacto é mais forte do que as clivagens, embora mais reduzido do que o da «identificação partidária». Só em Itália as clivagens se revelam mais poderosos preditores do voto do que a economia. Portanto, os impactos da economia no voto são mais importantes do que as determinações sociais na esmagadora maioria dos países analisados, enquanto as identidades políticas continuam a revelar maior importância do que a economia, salvo na Grã-Bretanha. Portanto, conclui Lewis-Beck, o eleitor racional parece estar a suceder ao eleitor que vota com base em solidariedades sociais, tanto mais quanto mais clara é a atribuição de responsabilidades políticas aos governantes, *maxime* no caso dos governos monopartidários. Ao contrário do trabalho anterior, baseado em inquéritos, o estudo de Powell e Whitten baseia-se em dados agregados e testa o efeito mediador das instituições políticas na determinação económica do voto em dezanove democracias industriais avançadas entre 1969 e 1988. Os efeitos da conjuntura económica são diferentes consoante o perfil ideológico dos partidos que estão no governo, sendo a direita mais permeável às variações na inflação e a esquerda às variações no desemprego; quanto mais clara é a atribuição de responsabilidades políticas (governos monopartidários), maior é a penalização dos incumbentes pela má conjuntura económica. O estudo de Pacek e Radcliff, baseado em dados agregados referentes a algumas

democracias recentes da América Latina, Ásia e África, dá um importante contributo para os estudos sobre o «voto económico». Nos países em desenvolvimento, os efeitos da economia são assimétricos, porque as conjunturas recessivas afectam todos os eleitores, levando-os a penalizar os governos incumbentes, mas as conjunturas expansionistas beneficiam sobretudo as massas urbanas e, por isso, em termos agregados, não têm impacto significativo sobre o voto.

Menos explorados neste livro são os efeitos dos sistemas eleitorais sobre os sistemas partidários. Todavia, o único artigo sobre a matéria é extremamente importante: o trabalho de Arend Lijphart revê algumas das teses de Douglas Rae (1971). Usando os mesmos países, mas baseado em melhoramentos metodológicos e num maior período temporal (1945--1985), o trabalho do cientista holandês conclui que, afinal, tal como a dimensão dos círculos eleitorais, também as diferentes fórmulas de representação proporcional têm uma significativa importância para explicar a proporcionalidade do sistema; por outro lado, o «voto ordinal» está ligado a um aumento do número de partidos, embora apenas em sistemas maioritários; por último, os efeitos dos sistemas eleitorais na proporcionalidade não se traduzem em grandes alterações no formato dos sistemas partidários, salvo quando comparamos a representação proporcional com os sistemas maioritários. Incluído neste capítulo, o trabalho de Eijk, Franklin e Marsh, sobre as eleições europeias, conclui que não basta considerá-las

eleições de segunda ordem, pois elas estabelecem complexas interações com as eleições nacionais, dependendo das conjunturas eleitorais específicas em cada país.

Os trabalhos sobre as «campanhas eleitorais» deixam de fora importantes aspectos desta área de estudo, nomeadamente os que respeitam aos efeitos das campanhas eleitorais sobre o comportamento dos eleitores. O artigo de Semetko analisa a produção de notícias sobre as campanhas eleitorais nos EUA, na Grã-Bretanha e na Alemanha, concluindo que as diferenças se devem, sobretudo, aos sistemas normativos dos jornalistas nos diferentes países: nos primeiros dois há uma maior ênfase na necessidade de equilíbrio nas coberturas noticiosas das campanhas eleitorais. O trabalho de Esaisson sobre a evolução das campanhas eleitorais na Suécia nos últimos cento e vinte anos, embora centrado num só país, tem claras implicações comparativas: ilustra o declínio da importância dos partidos políticos enquanto produtores e mediadores das mensagens políticas, em prol do aumento da importância dos meios de comunicação social.

Os estudos sobre a «participação política» podem ser agrupados em dois grupos. Quer o estudo de Jackman e Miller sobre o impacto dos factores culturais e institucionais sobre a participação eleitoral nas democracias avançadas durante os anos 80, quer a comunicação de Lijphart sobre as desigualdades políticas resultantes da abstenção eleitoral, enfatizam a importância das instituições políticas. No primeiro caso, as diferenças institucionais

(carácter obrigatório ou facultativo do voto; proporcionalidade do sistema eleitoral; tipos de sistemas partidários) são apresentadas como mais importantes do que as culturas políticas nacionais para explicar os diferenciais nas taxas de participação entre países. No caso de Lijphart, defende-se a adopção de vários mecanismos institucionais (facilidades de registo; dia das eleições; duração da abertura das urnas; voto obrigatório) como forma de combater a reprodução das desigualdades sociais através das desigualdades na participação eleitoral. O trabalho de Brady, Verba e Schlozman tenta combinar os contributos do «modelo sociológico» e do «modelo económico» para explicar a participação eleitoral. Demonstra-se que, quer o nível de recursos económicos e culturais, quer a socialização na participação (envolvimento organizacional), quer o tempo disponível, têm efeitos significativos sobre a participação política.

As análises sobre a «representação política», pelo menos do tipo daquelas que são apresentadas neste livro, são muito raras porque implicam inquéritos simultâneos aos eleitores e às elites políticas, em ordem a testar as similitudes e diferenças, sociológicas e atitudinais, entre os dois grupos. O trabalho de Russel Dalton baseia-se em inquéritos aos eleitores e aos candidatos ao Parlamento Europeu, conduzidos nas nove nações que compunham a CEE em 1979. Os resultados encontrados contrariam as teses do declínio da importância dos partidos. Em todos os países há fortes correspondências entre o posicionamento ideológico

das massas e das elites, embora estas se posicionem um pouco mais à esquerda. As diferenças político-institucionais explicam as diferenças detectadas: os partidos que apresentam propostas ideologicamente mais claras, nomeadamente os partidos de classe e religiosos (*cleavage parties*), e os sistemas mais proporcionais e diferenciados são aqueles onde se registam as maiores correspondências entre elites e massas. Na área dos estudos sobre a representação política, as teses de John May (1973) sobre a curvilinearidade do posicionamento ideológico dos diferentes tipos de «membros» dos partidos (eleitores, elites intermédias e elites parlamentares) são uma referência incontornável. O autor defende que o maior radicalismo ideológico deverá encontrar-se nas elites intermédias, sendo os eleitores e os parlamentares mais moderados. Quer o artigo de Holmberg sobre a representação política na Suécia entre 1968-1969 e 1985, quer o artigo de Pippa Norris sobre a representação política na Grã-Bretanha em 1992, contestam as teses de John May. Por fim, o estudo de Wlezien analisa o apoio do público norte-americano às diferentes políticas públicas do governo entre 1977 e 1991. O autor demonstra que as variações no apoio público às diferentes políticas (de defesa, sociais, etc.) decorrem quer da conjuntura económica, quer do nível de gastos efectivos com essas políticas. Por isso, o público funciona como uma espécie de termóstato, fazendo baixar os gastos com determinada política quando eles são muito altos, ou vice-versa.

No capítulo final, «Eleições e democratização», o trabalho de Seymour Lipset analisa as condições sociais da democracia. O autor defende a importância de uma multiplicidade de factores para os processos de democratização, desde os legados histórico-culturais, a eficácia político-económica do sistema político e o desenvolvimento social, passando por factores que têm a ver com a acção dos actores políticos e com as conjunturas políticas. No artigo de Evans e Whitefield sobre as bases económicas e políticas da adesão dos cidadãos ao regime democrático nos países pós-comunistas da Europa de Leste, os autores demonstram a maior importância relativa dos factores políticos.

Para todos os que se interessam pelos estudos sobre os processos eleitorais (professores, alunos, jornalistas, etc.), o livro editado por Pippa Norris constitui uma referência incontornável, dando uma panorâmica geral muito aprofundada do que mais recentemente se tem produzido na área.

Bibliografia

- MAY, J. (1973), *Opinion Structure of Political Parties: The Special Law of Curvilinear Disparity*, *Political Studies*, 21 (2), pp. 135-151.
- NIEMI, R. G., e WEISBERG, H. (eds.) (1993a), *Classics in Voting Behavior*, Washington, Congressional Quarterly Press.
- NIEMI, R. G., e WEISBERG, H. (eds.) (1993b), *Controversies in Voting Behavior*, Washington, Congressional Quarterly Press.
- RAE, D. (1971), *The Political Consequences of Electoral Laws*, New Haven, Yale University Press.